

40º Encontro Anual da Anpocs, 2016

Simpósio de Pesquisa Pós-Graduada (SPG) 06 – Desenvolvimento e democracia na América Latina: experiências, mitos e alternativas paradigmáticas

Título do trabalho: “A dimensão política no estruturalismo cepalino: as contribuições de Celso Furtado e José Medina Echavarría”

Autor: Gustavo Louis Henrique Pinto

Título: “A dimensão política no estruturalismo cepalino: as contribuições de Celso Furtado e José Medina Echavarría”

Gustavo Louis Henrique Pinto¹

RESUMO

Concentrando o estudo sobre a produção de Celso Furtado e José Medina Echavarría, esta pesquisa almeja discutir comparativamente as propostas destes pensadores no que concerne à teoria do subdesenvolvimento (enquanto uma formação histórica e política particular) e ao projeto desenvolvimentista (promoção “conduzida” do desenvolvimento via planejamento). Desta forma, colocaremos em questão as teses e projetos destes dois pensadores quanto aos debates inseridos no campo da tradição cepalina, buscando analisar como autores com diferentes métodos (histórico-estrutural em Furtado e racionalidade weberiana em Echavarría) chegaram a uma mesma esfera de debate: a política, com o privilégio do tema da democracia. Nossa questão é tentar compreender as semelhanças e diferenças encontradas nas teses de Furtado e Echavarría no desvendamento da lógica do subdesenvolvimento e compreender como a partir de ângulos distintos a democracia tem peso fundamental na superação do subdesenvolvimento.

Palavras-chave: política do desenvolvimento; teoria do desenvolvimento; democracia.

RESUMO EXPANDIDO

A experiência do estruturalismo latino-americano, como tradição desenvolvimentista de formulação intelectual e de políticas de planejamento, no pós Segunda Guerra Mundial e impulsionadas pelo pensamento econômico da CEPAL, significaram um dos principais momentos de sistematização e de circulação de interpretações em comum para a região, no decorrer do Século XX. Ideias como subdesenvolvimento, atraso, centro-periferia, deterioração dos termos de troca, obstáculos ao desenvolvimento, são ideias reconhecidas como a constituição, para alguns autores, de uma “Escola Latino-Americana do Desenvolvimento” (DI FILIPPO, 2007), ou como teorias realmente autóctones da região (LOVE, 2011), também como teorias que constituem “ideias no lugar”, em relação a ideia de centro-periferia (CARDOSO, 1977). Enfim, a constituição de uma determinada tradição de pensamento, a escola do estruturalismo cepalino.

No pensamento cepalino, da considerada primeira geração desta instituição (Bielschowsky, 2000), do período entre 1948 e 1960, apontamos o argumento que somente o economista brasileiro Celso Furtado (1920-2004) e o sociólogo espanhol José Medina

¹ PINTO, G. L. H. é mestre e doutorando em Ciência Política pela UFSCar, membro do Grupo de Pesquisa (UFSCar/CNPQ) “Trajetórias do Desenvolvimento e da Democracia”. Agência de fomento deste trabalho: CAPES.

Echavarría (1903-1977) realizaram contribuições significativas na consideração de aspectos políticos e sociais enquanto variáveis fundamentais da teoria do desenvolvimento. A formação da “civilização industrial” nos países latino-americanos, os processos de modernização via nacional-desenvolvimentismo, foram processos cuja interpretação se deu inicialmente no campo econômico. As variáveis não-econômicas, os aspectos do poder político, da formação do Estado-Nação, da ação das elites, da *intelligentsia*, a burocracia, a relação entre classes sociais, e os trabalhadores, representam temáticas que foram centrais somente em Furtado e Echavarría da primeira geração.

A partir dos resultados finais de tese de doutorado, interrogamos aqui sobre a dimensão política na teoria do desenvolvimento destes autores a partir de dois apontamentos.

O primeiro objetivo visa apontar a dimensão política e social como considerações centrais da teoria do desenvolvimento de Furtado e Echavarría, apresentado a partir do argumento da inviabilidade em pensar o desenvolvimento apenas no campo econômico. A ampliação das dimensões do desenvolvimento para aspectos políticos, sociais e culturais, constitui uma inovação do período da década de 1950, em nível internacional, dos estudos da área da qual os dois autores, de diferentes formas, participam intensamente. Especificamente, os textos comparados que permitem visualizar a defesa dos aspectos políticos e sociais do desenvolvimento, são *A pré-revolução brasileira* (1962) e *Dialética do desenvolvimento* (1964), de Furtado e *Aspectos sociales del desarrollo económico* (1959) e *Consideraciones sociológicas del desarrollo económico de América Latina* (1964), de Echavarría. A afirmação desta característica em Furtado é recorrente na literatura especializada sobre o autor, porém o que constitui de resultado a ser demonstrado, é a comparação com Echavarría, que permite constatar que ambos os autores se propunham a realizar uma teoria que, nos termos de Mannheim (1962), era *sistêmica*, um sistema de conceitos que engloba diferentes esferas da cultura e das experiências históricas, abarcando os diversos campos do pensamento sobre a sociedade. Concluímos que o Estado e a Política, instituições e os grupos sociais, elites dirigentes e os trabalhadores, compuseram a argumentação desses autores. Essa afirmação aparece de modo disperso na literatura sobre a CEPAL, e necessita de sistematização junto à área do pensamento político, para melhor pensar as tradições nos estudos do desenvolvimento.

O segundo objetivo é apresentar a análise de que Furtado e Echavarría foram dois, dentre a primeira geração de cepalinos, que colocaram o debate da democracia como

central na proposição do planejamento democrático. A hipótese de investigação é que os dois autores se deparam com a questão de como construir a modernidade na periferia, desencadeando na política como espaço central nesta tarefa, e, principalmente, com o peso na democracia na realização do desenvolvimento, mas apresentando uma interpretação distinta de democracia em cada autor, como meio estratégico e fim em Furtado, de base social-democrática, e como um valor de liberdade e “criação social” em Echavarría, de base liberal competitiva².

Nos temas da democracia e do planejamento, ambos os autores fortalecem argumentos ligados ao pensamento político brasileiro, possibilitando diferentes resultados. Celso Furtado legou uma interpretação sobre o Golpe de 1964, com uma leitura sobre a ineficácia da democracia, a inaptidão das elites dirigentes industriais (a burguesia nacional) nas tarefas do desenvolvimento, e a predominância do legislativo agrário conservador, que emperrava a ação do Executivo, análise fortemente criticada desde Campello de Souza (1976) e Lima Junior (1983). Echavarría apresenta sua contribuição a partir da ideia de porosidade estrutural presente no pensamento de Cardoso e Faletto (1977) a respeito da dependência, e de legitimidade na análise do populismo de F. Weffort (1976).

Furtado ao dissolver o tema das classes em categorias genéricas (trabalhadores, nação) o arranjo político trabalhava no campo do nacionalismo e não da competição (portanto longe da perspectiva democrática clássica – a representativa). Percebemos uma transição na obra de Furtado entre o período cepalino (1949-1958) e sua fase de *projeto* desenvolvimentista e ação política (1958-1964), cujo pensamento do autor se aprofundou nos diagnósticos ligados à democracia, principalmente a partir dos temas ligados aos “obstáculos” do desenvolvimento do Nordeste (em torno da SUDENE) e das reformas de base. Echavarría analisava a democracia como imperativo na construção de um modelo de democracia liberal pluralista, o que o aproximou da temática da legitimidade do poder e do necessário estabelecimento de um regime representativo para a condução do planejamento. A tradição do liberalismo político dentro da CEPAL legado por Echavarría constitui-se uma exceção, principalmente se analisados os intelectuais reunidos no ILPES nas décadas de 1960 sob a direção de Echavarría. Os temas das “inversões sociais” e

2 A análise sobre a democracia em Furtado, aproximando-o do campo da social-democracia, está fortemente apoiada sobre a obra de Cepêda (1998), que analisou a política em Furtado, e aparece de maneira diferenciada nas obras de R. M. Vieira (2006) e W. Vieira (2010). A aproximação de Echavarría ao campo liberal foi debatida por Gurrieri (1980), Cardoso (1982), Faletto (1982) e Martín (2012).

“humanas” do desenvolvimento que caracterizam o pensamento de Echavarría contém um ponto de partida fundamental, que é a necessária eficácia dos valores liberais na construção das políticas de desenvolvimento e das instituições políticas na Periferia.

Existem dois problemas candentes na agenda de pesquisas da Ciência Política e em especial do pensamento político-social brasileiro e latino-americano que foram relacionados nesta pesquisa: a análise política do desenvolvimento econômico converge para o debate do *papel dos intelectuais* na formação do nacional-desenvolvimentismo e dos *projetos teóricos* que sustentam e legitimam as escolhas políticas de cada período. Os contextos e grupos em que se inserem os intelectuais estão marcados por um conjunto de representações e significados que constituíram as interpretações dos processos políticos e o lugar da Nação nestas. Por outro lado, uma nova perspectiva de análise sobre a produção do pensamento político e social latino-americano se abre a partir da noção de *linhagens* (BRANDÃO 2007). Nesta chave, processo social e ideias sociais são percebidas como um *continuum*, em que os modos de sua representação são momentos da luta política (SKINNER 2001).

A intersecção destes problemas aparece na obra e na ação de vários autores do pensamento político latino-americano. Nesta pesquisa o recorte foca a análise da produção de Furtado e Echavarría, por dois motivos: ambos pertenceriam à *linhagem orgânica* (papel preponderante do Estado sobre a sociedade cf. BRANDÃO, 2007) em seu momento de *racionalidade econômica* (nacional-desenvolvimentismo, cf. BIELSCHOWSKY, 2004). A eficácia da *racionalidade econômica* em ambos estava ancorada em pressupostos para a transformação política dos países latino-americanos. A comparação sustenta um movimento de confronto entre teses que pertencem a um mesmo campo de debate (a tradição cepalina), mas tratam as categorias de análise de maneira diversa, filiam-se a distintos paradigmas teóricos e resultam em percepções políticas diversas sobre temas importantes neste debate como desenvolvimento, pacto social, planejamento e democracia.

Política e mudança social na teorização do subdesenvolvimento

Os intelectuais cepalinos produziram uma teorização a respeito da periferia, sendo esta uma característica que marca o conjunto da “escola de pensamento” da CEPAL, e não é, evidentemente, uma particularidade dos nossos dois autores. Porém, identificamos a presença de uma teoria sistêmica somente em Furtado e Echavarría entre os autores da

primeira geração da CEPAL. A delimitação desta noção de teoria sistêmica está em Mannheim, o que significa elaborar um sistema de conceitos que engloba diferentes esferas da cultura e das experiências históricas, abarcando os diversos campos do pensamento sobre a sociedade, concretizando assim a tarefa de realizar uma ciência social ligada à configuração ampliada da sociedade, ou seja, realizar interpretações globais em profunda conexão com o momento epocal destes autores. Furtado e Echavarría são os únicos, da primeira geração cepalina, que elaboraram uma *interpretação global do subdesenvolvimento* na qual se combinavam elementos e determinações de ordem econômica, social, histórica, política na dupla dimensão interno-externo e associada ao complexo teórico da *formação*. Nestes autores a compreensão do subdesenvolvimento incorpora as assimetrias do comércio internacional (chave clássica da CEPAL e de seu manifesto de criação) com seu impacto, ramificação e origem no processo de implementação do colonialismo e seus efeitos na arquitetura social e política local que gerará, no longo prazo, as estruturas do subdesenvolvimento. Assim, Furtado e Echavarría tornam-se “*intérpretes do subdesenvolvimento*”.

Mannheim afirma em *Sociologia sistemática. Uma introdução ao estudo da sociologia* (1962) que para analisar os grupos sociais se deve compreender que estes fazem parte de uma sociedade dinâmica, cujos grupos são resultados de diferentes forças e processos sociais. Portanto, para analisar os grupos sociais há a necessidade de se identificar as relações entre as estruturas complexas da sociedade moderna e os processos sociais elementares que estes grupos foram submetidos. Em termos gerais, o objeto das ciências sociais é analisar a dinâmica social, buscando, então, a interação entre os processos históricos das sociedades e o como os diversos fatores sociais e as instituições reagem (frente a estes processos históricos), assim identificando a força propulsora das transformações das estruturas de determinada sociedade.

A afirmação da presença de uma “teoria sistêmica” se traduz, em termos da contribuição de Furtado e Echavarría às interpretações da teoria do desenvolvimento, na ampliação dos significados compreendidos na ideia de desenvolvimento. Estes dois autores, dentre a primeira geração de intelectuais cepalinos, realizaram as maiores contribuições (e talvez as únicas) à *transformação conceitual da ideia de desenvolvimento*. Passo seguro em Echavarría, que era intelectual das ciências sociais, e que adota uma crítica ao “economicismo” presente na teoria do desenvolvimento, fazendo a defesa da área da “sociologia do desenvolvimento”. Então o desenvolvimento deve ser compreendido em

sua dimensão integral, na conjugação da economia com as relações sociais, culturais e políticas (passo de distinção de Furtado dentre os economistas, em que a interpretação econômica é superada por outras dimensões da realidade, especificamente a realidade social e o poder político, e o *processo global, estrutural e histórico* do desenvolvimento simboliza a dimensão ampliada da própria ideia de desenvolvimento). Verificamos tal posicionamento nas obras de Furtado e Echavarría, presente tanto nas interpretações históricas do subdesenvolvimento, principalmente na constituição do mundo rural, quanto no *projeto* político presente nas reflexões sobre o *planejamento democrático*.

Furtado assim assinalou, em *Teoria e política do desenvolvimento econômico* (1986), os possíveis lugares na análise econômica, realizada por ele próprio e pelos estruturalistas cepalinos, dos parâmetros não-econômicos na teoria do desenvolvimento:

Com efeito, sem um conhecimento adequado da estrutura agrária não seria possível entender a rigidez da oferta de alimentos em certas economias; sem uma análise do sistema de decisões (cujo controle pode estar em mãos de grupos estrangeiros) não seria fácil entender a orientação das inovações técnicas; sem a identificação do dualismo estrutural não seria fácil explicar a tendência à concentração da renda etc. Como esses fatores “não-econômicos” – regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população “fora” da economia de mercado – integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase especial ao estudo de tais parâmetros foram chamados de “estruturalistas”. Em um certo sentido, o trabalho desses economistas aproxima-se do daqueles outros preocupados em dinamizar os modelos econômicos. Em um e outro casos, tem-se em vista transformar *constantes* em *variáveis*, o que permite alcançar um nível mais alto de generalidade no esforço de teorização. Considerado o problema sobre outro aspecto, os estruturalistas retomaram a tradição do pensamento marxista, na medida em que este último colocou em primeiro plano a análise das estruturas sociais como meio para compreender o comportamento das variáveis econômicas. (FURTADO, 1986, p. 72-73)

Os desequilíbrios internos e externos, o aumento populacional, o impacto da renda sobre o conjunto da população, são considerações fundamentais no modelo de Furtado, e que levam em conta as estruturas sociais da periferia. As teorias de fundação do estruturalismo cepalino foram postas a prova pela crítica dos próprios cepalinos, frente à outros campos do conhecimento do que somente o econômico, possibilitando identificar um deslocamento para novas temáticas sociais e políticas.

A fase de Furtado que compreende entre 1958 e 1964, que foi fase pós participação na CEPAL (participação que perdurou entre 1949 e 1958), está representada na trajetória

de Furtado principalmente pelo projeto da SUDENE e as “reformas de base” no Plano Trienal, em 1963, como Ministro do Planejamento no governo de João Goulart (1961-1964). Esse momento do *projeto político* de Furtado foi de aprofundamento de uma posição reformista, cujas estratégias de desenvolvimento (SUDENE e as “reformas de base”) estiveram fortemente vinculadas à interpretação do desenvolvimento em uma perspectiva “integral”. Os trabalhos de Furtado *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1962a) e *Dialética do desenvolvimento* (FURTADO, 1964) apresentam esse argumento político a respeito do protagonismo da ação do Estado frente às *reformas de base* (como uma etapa para a modernização do Nordeste principalmente), e a consolidação da tese de Furtado referente aos obstáculos político-econômico que a estrutura agrária conferia ao *desenvolvimentismo*, já que esta estrutura reproduzia o dualismo estrutural e impedia a mobilidade social dos estratos rurais.

As contravenções na formulação e implementação da SUDENE e a luta política de Furtado enquanto Superintendente desta instituição foram fatos fundamentais na formulação de uma “filosofia da ação”. *A pré-revolução brasileira* (FURTADO, 1962a) foi o esforço de Furtado para demonstrar que no considerado estágio de desenvolvimento brasileiro, a sociedade civil – quanto aos seus “tomadores de decisão” em prol do desenvolvimento –, tinha que assegurar o controle dos centros políticos de decisão, o que significava “(...) tomar consciência plena dos objetivos de nossa ação política em função do nosso próprio destino de povo e cultura” (FURTADO, 1962a, p. 19). A consciência em torno do desenvolvimento tinha que afastar a falsa alternativa entre a liberdade *versus* o desenvolvimento econômico rápido, já que a liberdade de uma minoria constituía para Furtado o sacrifício do bem-estar das “grandes maiorias”. O desenvolvimento material das forças produtivas não se trata de uma realidade por si só suficiente, pois no subdesenvolvimento este processo vem acompanhado por uma rigidez nas formas de organização político-sociais. A radicalização do pensamento reformista de Furtado estava presente na proposição de acelerar as transformações sociais e garantir uma sociedade aberta em pleno desenvolvimento e com enlace democrático (econômico, social, político, cultural), de maneira que afastasse uma possível saída revolucionária “marxista-leninista”. As rupturas revolucionárias dificultariam os objetivos sociais do desenvolvimento com planejamento democrático, e seriam atingidos por uma “ruptura cataclísmica”, ou através de processos de endurecimento político e contenção dos objetivos sociais através da força. A respeito das pressões sociais Furtado afirma:

O problema fundamental que se apresenta é, portanto, desenvolver técnicas que permitam alcançar rápidas transformações sociais com os padrões de convivência humana de uma sociedade aberta. Se não lograrmos esse objetivo, a alternativa não será o imobilismo, pois as pressões sociais abrirão caminho, escapando a toda possibilidade de previsão e controle. (FURTADO, 1962a, p. 26)

Tratava-se de elaborar objetivos para o desenvolvimento conduzido com verdadeiro “critério social”. As pressões podiam desencadear “golpes preventivos” ou soluções de emergência (daí o título do livro, “a pré-revolução”), então a solução seria romper com o latente retrocesso do sistema político, e realizar a reforma agrária. *A pré-revolução brasileira* foi o primeiro texto de Furtado com uma defesa explícita da “reforma agrária”, pensada como parte de uma política que subordinasse a reforma ao desenvolvimento econômico e social. O sistema político torna-se o centro do diagnóstico de Furtado, e organiza-se na percepção de que uma política de desenvolvimento em um país subdesenvolvido é de natureza sempre qualitativa.

A necessidade de “reformas de base” se expressava nos “desajustamentos estruturais” do plano político, e foi posicionada como uma espécie de tomada de consciência. Furtado assim afirmou sobre as “reformas de base”: “Trata-se, evidentemente, de reivindicações ou recomendações que traduzem uma tomada de consciência de problemas estruturais, portanto de natureza essencialmente qualitativa”. (FURTADO, 1962a, p. 39). O êxito logrado sobre os *fins* de uma política (econômica) do desenvolvimento dependiam do grau de racionalidade política e dos valores nos *meios* adotados. A SUDENE era a possibilidade de uma ação técnica com comando político, uma unidade entre a técnica e a dimensão social, já que o desenvolvimento significava, para Furtado, um esforço da *coletividade*. “A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas se pode evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros” (FURTADO, 1962a, p. 63). Esta “tomada de consciência” presente em 1962, constitui parte da “responsabilidade” sobre as forças históricas profundas das mudanças em processo na realidade, que poderiam entrar em choque caso a capacidade política (a “consciência”) para mudar não agisse sobre os problemas do subdesenvolvimento.

Se as funções do Estado não estão vinculadas aos objetivos de um desenvolvimento via planejamento, afirma Furtado (1962a, p. 73), o que somado ao “anacronismo” do aparelho de administração pública, apresenta um Estado que não reunia condições para se

constituir em agente central de “luta pelo desenvolvimento”. É interessante o argumento apresentado por Furtado de que em sociedades de elevada diferenciação social como o Brasil, as relações sociais que são diretamente impactadas pela ação do Estado – como os elementos da “convivência social”, da distribuição de renda, de impacto fiscal – não podem estar subordinadas aos critérios do desenvolvimento econômico, mas sim do desenvolvimento social. Furtado afirma a este respeito:

Não se pode desconhecer que, em um país subdesenvolvido, os aspectos econômicos do desenvolvimento social assumem grande emergência. Não é possível educar os homens sem antes lhe matar a fome. Contudo, relegar a segundo plano outros aspectos do problema social seria comprometer o desenvolvimento subsequente da cultura que deverá moldar o homem do futuro. (FURTADO, 1962a, p. 91)

Os objetivos de uma política econômica para o desenvolvimento sempre estiveram presentes no pensamento cepalino, porém o impacto da *mudança social* é mais do que uma incorporação de novos critérios, mas uma condição para o desenvolvimento. O campo de forças do *projeto desenvolvimentista* se fortalece na ação política de resolução dos problemas sociais. O *planejamento democrático* assim se delineou, em que o aprofundamento da democracia somente era possível, para Furtado, com esforço da *coletividade*, que teria a capacidade de orientar políticas de desenvolvimento econômico com *mudanças sociais*.

Furtado aborda, principalmente nos textos até 1964, sobre o mecanismo da “tomada de consciência” por parte da *intelligentsia* em duas direções, que foram assinaladas em *A pré-revolução brasileira* (1962a): não resta outra saída senão “auto dirigir-nos” e há a necessidade de injetar elementos de racionalidade nos instrumentos e nos “juízos de valor” das políticas de desenvolvimento. Os temores expressos por Furtado, em 1962, conferem vitalidade ao título, *A pré-revolução brasileira*, cujo medo eram os conflitos sociais aprofundados paralelamente ao desenvolvimento industrial, desigualdades que poderiam instigar forças políticas e econômicas conservadoras em detrimento do processo de desenvolvimento econômico que vigorava com intensidade.

A pergunta estruturalista que persegue os projetos de desenvolvimento e as intervenções que visam algum tipo de aceleração econômica é sobre o *custo social* deste desenvolvimento e quais são os grupos privilegiados e os que sofrem os malogros de tal processo. Diante deste questionamento realizado por diversas vezes por Furtado, ele também se propõe a debater a partir da relação entre os *fins* e os *meios* de qualquer política

econômica. Há uma comparação comum em grande parte da literatura do desenvolvimento, principalmente estadunidense, que reside na percepção do desenvolvimento do modelo soviético como um exemplo de desenvolvimento material em detrimento da liberdade. Furtado também debate as impossibilidades, como os autores citados, do marxismo-leninismo no projeto desenvolvimentista. À comparação se soma a principal defesa de Furtado, do *planejamento democrático* como forma “superior” de desenvolvimento, modelo somente possível se fruto da ação de uma verdadeira *intelligentsia*. Esboçamos a comparação com o modelo marxista-leninista e a defesa do planejamento democrático.

Vianna (2004) afirma a respeito do papel que a ideia e *intelligentsia* definida por Mannheim teve na consolidação das ciências sociais no Brasil, e que cabe ao problema aqui levantado:

A comunidade científica deve, então, intervir, e é dela que a sociedade deve esperar a “síntese total” que capta o sentido de seu movimento e a orientação *em geral* para o caminho que deve perseguir sob a iluminação do conhecimento produzido pela ciência social. A comunidade científica converte-se, pois, em uma *intelligentsia*, mas sem abdicar da construção de sua identidade específica e consequente institucionalização de sua atividade. (VIANNA, 2004, p. 208)

A perspectiva ampliada de desenvolvimento de Furtado, que não significa somente um desenvolvimento material, mas do próprio homem, se relacionam com a concepção de que os fins do desenvolvimento não podem ser uma justificativa para a aplicação de *meios* que signifiquem a restrição da liberdade. Os *meios* de qualquer política no subdesenvolvimento devem sempre vislumbrar como fim a eliminação do caráter anti-humano do desenvolvimento. Furtado relaciona os *meios* de uma política econômica com a consciência política sobre os *fins* por parte daqueles que realizam a ação.

A democracia se associa aqui a um ponto de vista humanístico do desenvolvimento, expresso na possibilidade de domínio das forças que impelem a sociedade em determinadas direções. A “luta” pelo desenvolvimento (o “domínio do mundo exterior”) tem como *fim* as potencialidades do próprio homem. A crítica de Furtado foi endereçada ao modelo soviético, como um modelo que pode restringir a liberdade, e à própria Revolução Cubana.

Vianna (2004) analisa no que constituía esta “síntese” da sociedade, à qual essa *intelligentsia* teria a responsabilidade em realizar, bem como a capacidade, e que também foi assim apontado por Furtado. Vianna diz a respeito:

Mas a ideia de síntese que orienta essa *intelligentsia* não aponta para o universo das polarizações e das superações dialéticas. Sobretudo, o seu ponto de vista não é o de um ator revolucionário, mas o da Ciência Social, que, captando, por meio da intervenção de recursos científicos, o sentido do movimento da sociedade, generaliza seu conhecimento a todos os atores políticos e sociais, capacitando-os a uma compreensão de alcance bem maior do que a formulada por eles enquanto identidades parciais e fragmentárias (MANNHEIM, 1976)³. Essa *intelligentsia* não se move no terreno da revolução, e sim no da reforma, identificando-se tacitamente com o que se pode designar como processo transformista em chave positiva, no que, aliás, reitera o viés do ensaísmo das antigas elites intelectuais. (VIANNA, 2004, p. 209)

O intelectual não estaria acima das classes sociais para Furtado, seguindo Mannheim, mas entre as classes. O significado da síntese explicativa da *intelligentsia* está na tradução dos complexos sociais, dos valores, e se trata de uma interpretação do mundo. O papel desta síntese? Associar o conhecimento racional – o entendimento dos complexos ideacionais – à responsabilidade sobre os processos políticos e sociais. Furtado (1972) afirmava a existência de uma ruptura entre um conhecimento científico e um conhecimento ideológico, e a técnica social que formulava o planejamento está unida ao conhecimento científico da realidade. Rezende (2004) argumenta que a própria relação entre o pensamento e a ação na forma das técnicas sociais, constitui uma posição ideológica de Furtado. Rezende (2004) também esclarece que o elemento utópico era também ideologia em Mannheim, que as forças que impulsionam a sociedade adiante poderiam ser interceptadas por racionalidades que concebiam a mudança.

A introdução de Furtado em *A dialética do desenvolvimento* (1964) é a expressão do papel que o autor atribui à *intelligentsia*, e podemos identificar as relações com os planos da racionalidade e as classes sociais.

A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente. E essa responsabilidade vem sendo traída pela ação de uns e a omissão de outros. Os cientistas, responsáveis pela manipulação dessa suprema criação do intelecto humano que é a ciência experimental, puseram-se a serviço de mitologias políticas contra a humanidade, transformando o destino do homem sobre a Terra em simples dado de um problema político a ser enfrentado cada dia, problema que por sua própria natureza está essencialmente constituído de elementos irracionais. Por seu lado o seu cientista social, a quem cabe projetar alguma luz sobre as prováveis consequências das ações dos responsáveis pela salvaguarda do interesse público – o que pode

³ A obra de referência é K. Mannheim (1976), *Ideologia e utopia*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Zahar.

significar prevenir em tempo atos que, por terem sido praticados com inconsciência, não são menores crime contra a coletividade –, é o grande omissor da época presente, por comodismo ou covardia. Não se pretende que exista uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social. Mas, não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isto lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência. Porque tem essa responsabilidade, o intelectual não se pode negar a ver mais longe do que lhe facultam as lealdades de grupo e as vinculações de cultura. Seu compromisso supremo é com a dignidade da pessoa humana – atributo inalienável do ser do intelectual. (FURTADO, 1964, p. 9-10)

O argumento de Furtado sobre o intelectual contém (a.) um afastamento dos grupos políticos que acenavam para os radicalismos da direita e da esquerda e (b.) uma defesa do intelectual e do plano de racionalidade “mais elevado”. O afastamento é resultado político da posição estratégica de Furtado a frente da SUDENE, de se desvincular tanto de uma direita latifundiária e oligarca quanto dos grupos da esquerda marxista. A defesa ideológica desta postura está na responsabilidade que Furtado atribuiu à inteligência, do dever do intelectual de pensar além das lealdades de grupo, de agir em um plano de racionalidade que possa antever os atos *irracionais*. A racionalidade está voltada para a ação do intelectual no terreno da política. Estes cientistas sociais que deveriam ser a “salvaguarda do interesse público” não estavam cumprindo seu devido papel⁴. M. C. Lima (2008, p. 29) afirma sobre a influência de Mannheim em Furtado contida na ideia do afastamento necessário que o intelectual deveria ter dos partidos políticos, de modo a manter uma posição “flexível”, nos termos de Mannheim.

⁴ Furtado analisa a relação entre a ação técnica e o papel do técnico na experiência dos três primeiros anos de trabalho no Nordeste, entre 1959 e 1962, no artigo “A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene (1962)”, onde o autor afirmou: “A experiência que vivemos no Nordeste nos últimos três anos, como técnicos totalmente desligados das articulações político-partidária, encerra uma lição. Essa lição é que a ação do técnico não tem sentido se se exerce isoladamente. É como parte do esforço da coletividade para desenvolver-se que ela deve ser compreendida. Em outras palavras, a ação do técnico, em nossa geração, tem necessariamente uma dimensão social. O técnico não se sente realizado como cidadão e como homem se o seu esforço não alcança uma elevada eficácia social. Por outro lado, a comunidade exige do técnico que ele responda a esse chamado, assuma a responsabilidade que lhe cabe nesta fase decisiva de reconstrução do país. Havendo tomado consciência deste fato, o técnico já não pode ignorar os fins últimos da ação social dentro da qual se insere o seu esforço. Pelo contrário, deve participar na definição desses fins, traduzindo-os em elementos de racionalidade. Dessa forma, os homens de formação científica poderão contribuir decisivamente para que os objetivos do desenvolvimento econômico e social não sejam transformados em mitos. A luta pelo desenvolvimento é também uma luta pela racionalidade na política, pois somente superando as mitologias ideológicas poderemos evitar o domínio do povo por demagogos e aventureiros.” (FURTADO, 2009g, p. 178).

A amplitude dos campos de pesquisa para as áreas das ciências sociais, a sociologia e a política principalmente, com impacto na Teoria do Desenvolvimento da CEPAL, esteve ligada diretamente a ação programática de Echavarría como sociólogo. Furtado foi um intérprete do desenvolvimento que incorporou as ciências sociais desde o princípio, com referências a estes aspectos já presentes na sua tese de doutorado (2001 [1948]). Echavarría se diferencia de Furtado, pelo papel de consolidação da sociologia do desenvolvimento latino-americano. Echavarría foi incorporado à CEPAL em 1952, trabalhando inicialmente como corretor de edições. Entre 1955 e 1958, Echavarría apresenta quatro trabalhos⁵ fundamentais de análise sociológica do desenvolvimento onde, segundo Martín, “encontramos motivos empíricos más que suficientes para poder afirmar que estamos ante un momento de creación teórica y epistemológica” (MARTÍN, 2012, p. 502), e, portanto, se trata de um momento de fundação do campo sociológico ligado ao desenvolvimento. No trabalho “Las condiciones sociales del desarrollo económico” (ECHAVARRÍA, 1959c [1955]), apresentado no Sexto Período de Sesiones de la CEPAL, em Bogotá, Colômbia, o autor apresenta novas necessidades à investigação da teoria do desenvolvimento. A pesquisa social foi apresentada pela capacidade de oferecer novas possibilidades diante de problemas cujas análises econômicas não dariam conta, que extrapolam “las fronteras de la preocupación habitual del economista y de sus instrumentos conceptuales”. Echavarría afirmou:

Cuando en nuestro razonamiento hipotético se ha llegado a la necesidad de investigar la conducta efectiva de los distintos grupos de hombres del determinado país, sujetos insustituibles de su actividad económica, se ha estado aludiendo a la presencia de motivaciones adversas ¿Qué motivos han tenido estos distintos hombres para no hacer lo que de ellos se esperaba? (...) Los motivos, las actividades y las creencias que mueven a los hombres no se dan en el vacío, sino como exigencias de definidos usos e instituciones. El análisis de los motivos lleva de modo necesario al análisis de una estructura social y ésta es ya una cuestión notoriamente próxima a las preocupaciones y formación corriente del economista. (ECHAVARRÍA, 1959c, p. 35)

Echavarría qualificou então a natureza desta ciência social na investigação do desenvolvimento:

Ahora bien, entre los principios generales de la ciencia social contemporánea apenas nadie niega su reconocimiento a estos dos

⁵ Estes artigos foram publicados com o sugestivo título de *Aspectos sociales del desarrollo económico* (1959a).

fundamentales: primero, que estructura social y carácter – como hoy se dice – se corresponden estrechamente, siendo el uno correlato del otro; segundo, que la estructura social es un complejo de instituciones que no puede alterarse sin modificaciones paralelas y más o menos profundas en todas ellas. Esto quiere decir que cuando el economista tropieza con manifestaciones de conducta que no corresponden a sus supuestos y exigencias, es que está ante un carácter – un sistemas de actitude y motivos – que fue moldeado por una estructura distinta de la que él pretende y necesita. Y que cuando, por la aspiración del desarrollo, trata de introducir en un país los instrumentos necesarios para su crecimiento económico, lo que hace es insertar factores de cambio en una institución que sólo pueden operar con éxito completo si los demás componentes de la estructura social se modifican en una dirección paralela. (ECHAVARRÍA, 1959c, p. 35)

O autor demonstra que mudanças estruturais em sociedades pouco desenvolvidas somente se acompanhada de uma transformação da estrutura social e de suas instituições. Pensar o desenvolvimento, portanto, somente em conjunto com seus aspectos sociais. Os modelos e conceitos do universo econômico da teoria do desenvolvimento vão ao encontro das estruturas sociais. A identificação e conceituação das estruturas sociais compõem a identificação dos problemas ao crescimento e das políticas de desenvolvimento. No trabalho “El papel del sociólogo en las tareas del desarrollo económico”⁶ (1959b [1958], p. 19), Echavarría apresenta as possibilidades de ação da sociologia concreta sobre o desenvolvimento: a sociologia poderia trabalhar para a construção de modelos, como os economistas, ou examinar as consequências sociais dos distintos ritmos de desenvolvimento. O autor aponta, seguindo de perto as análises de B. F. Hoselitz, a necessidade de se construir para além de modelos gerais, mas a sociologia poderia criar tipologias que abarcassem as “diferentes unidades histórica”, incorporando a variedade de experiências dos países em vias de desenvolvimento. O desenvolvimento, para Echavarría (1959b, p. 15), é uma “consciência generalizada” diante de seu “caráter necessário”, uma tendência mundial do seu tempo. A tarefa dos modelos e tipologias, tanto da economia quanto da sociologia, era perceber as regularidades marcadas historicamente. O autor se restringe à área da sociologia e afirma:

(...) La tipología que aquí se postula desde la perspectiva del sociólogo, consistiría en tratar de proyectar las distintas posibilidades del desarrollo sobre la base de determinadas estructuras sociales típicas y a partir de sus

⁶ Trabalho apresentado no “Seminario Latinoamericano sobre Metodología de la Enseñanza y de la Investigación de las Ciencias Sociales”, realizado por UNESCO, FLACSO e Centro de Pesquisas Sociais do Rio de Janeiro, em Santiago, entre 22 e 29 de setembro de 1958.

distintos niveles históricos bien definidos. (ECHAVARRÍA, 1959b, p. 26)

Como desempenhar a tarefa de identificar as possibilidades de desenvolvimento periférico a partir de estruturas sociais típicas e historicamente condicionadas? Em termos práticos, Echavarría cumpriu um papel ímpar em tal tarefa; quando esteve a frente da “División de Asuntos Sociales” da CEPAL, e depois no ILPES, que cumpriram um importante papel na produção de conhecimento e de políticas para o desenvolvimento. A vinculação de Echavarría com a temática do desenvolvimento, e ocupando os cargos na CEPAL, deu projeção internacional a este sociólogo. Dois fatos marcam esta projeção de Echavarría na CEPAL e no cenário internacional. Primeiro, este autor foi um dos responsáveis pela coordenação do grupo de trabalho reunido na “Conferencia sobre Aspectos Sociales del Desarrollo Económico de América Latina”⁷, em México D.F., entre 12 e 21 de dezembro, o que demonstra a força da sociologia concreta sobre as análises do desenvolvimento (MARTÍN, 2012, p. 459). Deste grupo de trabalho, resultou na publicação dos dois volumes intitulado *Aspectos sociales del desarrollo económico en América Latina*, edição dirigida por Echavarría e Egbert De Vries. Segundo, Echavarría coordenou o primeiro diagnóstico dos fatores sociais do desenvolvimento produzido em nome da CEPAL, intitulado *El desarrollo social de América Latina en la post-guerra*⁸ (CEPAL, 1963). Este último estudo foi preparado em colaboração com Luis Ratinoff e Enzo Falleto, sendo apresentado no Décimo Período de Sesiones da CEPAL, em 1963, Mar del Plata.

O Décimo Período de Sesiones representou uma importante guinada nas interpretações cepalinas. O livro de Echavarría, *Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina* (1964), resulta de um “Documento de trabajo fechado el 10 de febrero de 1963 y presentado en el Décimo período de sesiones de la

⁷ Apontamos que importantes intelectuais participaram deste grupo de trabalho, entre eles destacamos: o economista chileno da CEPAL, Jorge Ahumada; Daniel Cosío Villegas, Colegio de México; o sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, o ítalo-argentino Gino Germani; o sociólogo norte-americano da Universidade de Princeton, Wilbert E. Moore (importante teórico do dualismo estrutural); Jacques Lambert; o brasileiro Hélio Jaguaribe; o sociólogo cepalino Marshall Wolfe e o economista norte-americano Benjamín Higgins. Outros dois convidados foram os mexicanos Victor Urquidi e Pablo González Casanova.

⁸ Em entrevistas realizadas por Martín (2012, p. 926), Adolfo Gurrieri e Andrés Lira confirmam que a “Introducción” e as três primeiras sessões do Capítulo IV foram redigidas por Echavarría; outro indicio que a Introdução é de Echavarría é sua publicação no livro *Discurso sobre política y planeación* (1972) com o título “Planteamiento de una investigación”. Além disso, sabemos que o capítulo II também pertence à Echavarría, pois este capítulo foi publicado com o nome de “A situação rural na América Latina” (1969) na edição brasileira *A agricultura subdesenvolvida* (PRADO JUNIOR et. al, 1969).

CEPAL, Mar del Plata, Argentina, mayo de 1963, 165 p. [E/CN. 12/646]”. A obra de referência de Echavarría (1964), central na sociologia do desenvolvimento do autor, refere-se a um posicionamento dele nestas sessões. O Décimo Período marcou a saída de R. Prebisch da direção da instituição e sua subsequente missão na direção do ILPES. Os debates das sessões da CEPAL daquele ano de 1963 foram marcados pela reflexão dos rumos desta instituição (cf. FURTADO, 1997b), e o peso do desenvolvimento social foi sobressalente, modificando os rumos da CEPAL. O documento produzido sob a direção de Echavarría foi recebido com profundo impacto entre os cepalinos e demonstram a importância estratégica que tinha a defesa da investigação social.

O enfrentamento constante de Echavarría com os métodos de análise de base econômica, abarca uma recepção da sociologia na perspectiva do planejamento, e o dualismo foi um dos principais conceitos a ser ressignificado pelo sociólogo. A publicação do documento de Echavarría se deu no mesmo ano (1963) que o nosso autor assumiu a direção da “División de Planificación Social”, fase de consolidação de sua sociologia do desenvolvimento, onde se constrói no recém-criado ILPES um programa de pesquisa latino-americano, sob a direção de Raúl Prebisch, que deixava a direção da CEPAL para assumir o ILPES. Em torno do trabalho desta divisão está a origem de uma nova geração de intelectuais da CEPAL, como Enzo Faletto, Osvaldo Sunkel, Fernando H. Cardoso, Vilmar Faria, Pedro Paz, José Serra, Francisco Weffort, Hélio Jaguaribe, José Luís Reyna, Rolando Franco, Adolfo Gurrieri, Marshall Wolfe, Aldo Solari e Rolando Franco. Encontra-se também aí os elementos formadores da sociologia do desenvolvimento, lugar de produção da Teoria da Dependência de enorme impacto na região⁹.

Martín (2012) relacionou a posição ocupada por Echavarría na CEPAL com o seu trabalho intelectual, ao dizer:

José Medina asumió la dirección de aquella nueva División de Planificación Social. el 30 de noviembre de 1963. En aquel cargo directivo permaneció hasta el 30 de junio de 1974, fecha de su retiro (Gurrieri, 1980, p. 135). Aquel nombramiento significó varias cosas: supuso la institucionalización de la sociología – y de su enfoque histórico-estructural –; y, desde lo biográfico, personificó asimismo el inicio de una de las etapas de mayor actividad y prestigio de nuestro autor. Lo que hoy es un trabajo común en la CEPAL y en el ILPES tuvo su origen, de modo alguno, en las distintas aportaciones y recomendaciones

⁹ A primeira referência à ideia de dependência realizada por Cardoso está no estudo preliminar que este autor realizou no início de suas atividades no ILPES, em 1965, chamado “El proceso de desarrollo en América Latina: hipótesis para una interpretación sociológica”.

que presentó el sociólogo español. Pero como decíamos, el reconocimiento de la sociología también era una especie de reconocimiento hacia Medina y hacia el significado que su figura intelectual iba adquiriendo en aquella burocracia. Ya desde sus primeros trabajos desarrollistas se advierte que para él el trabajo del sociólogo – como intelectual- era un trabajo serio y reposado y más aún si se hablaba del desarrollo económico. (MARTÍN, 2012, p. 595-596).

Furtado (1997b) ao analisar em sua autobiografia as sessões de Mar del Plata, em 1963, no qual esteve presente enquanto Ministro do Planejamento do governo de João Goulart, publicou o discurso que ele próprio realizou no encerramento das sessões. Podemos verificar através do discurso de Furtado a mudança dos rumos da instituição que marcaram aquele ano de 1963, que se voltou para o tema da integração regional. A perspectiva do documento *El desarrollo social de América Latina en la post-guerra* (1963), além de incorporar os aspectos sociais, amplia a análise para as diversas regiões da América Latina, modificando a tendência dos documentos anteriores, que centralizavam grande parte das análises na Argentina, Chile, Brasil e México. Furtado afirma:

Havendo detectado as razões da crise (do pós-guerra), aplicou-se a Cepal na preparação dos instrumentos sem os quais não nos teria sido possível atuar eficazmente e abrir novos caminhos. Preparar esses instrumentos significou destruir dogmas que prevaleciam na região, tais a ilusão do desenvolvimento espontâneo e a mística da estabilidade. Havendo crescido, em uma primeira fase, sob o impulso de correntes de comércio exterior, os latino-americanos se habituaram a pensar no desenvolvimento como algo que ocorria independentemente de suas vontades. Graças à CEPAL, descortinou-se a nova visão do desenvolvimento, fruto da vontade política. Também a ela devemos a visão de estabilidade como um meio, que se legitima na medida em que permite lograr maior racionalidade nos processos econômicos. (...) Temos hoje uma percepção de nossa realidade e dispomos dos instrumentos para atuar sobre ela. (...) Não cabe dúvida, a julgar pelos debates que agora encerramos, que o novo ciclo de atividades da CEPAL focalizará, de preferência, o processo de integração regional. Seus novos estudos, para que tenham a eficácia que alcançaram os do passado, deverão ter como referência básica a ideia de que seremos uma economia multinacional, ou não venceremos a barreira do subdesenvolvimento. (FURTADO, 1997b, p. 257).

As questões fundamentais para este desenvolvimento do ponto de vista social, Echavarría apontou, e consiste em analisar “las condiciones sociales del desarrollo económico y los efectos sociales de ese mismo desarrollo” (ECHAVARRÍA, 1959c, p. 44). Entre as duas possibilidades de investigação, Echavarría apresentou seu programa weberiano de interpretação do subdesenvolvimento, que marcou a direção dos seus

primeiros trabalhos no ILPES em torno da questão do empresário e das elites na América Latina. O autor afirmou:

A las dos cuestiones se aludió ya en diversos momentos, aunque con especial insistencia a la primera. Todo lo que, con distintos giros, se dijo acerca de la actividad económica en sus relaciones con los caracteres y motivaciones humanos y con los usos, tradiciones y vigencias de una sociedad, equivalía a plantear en forma inversa, y a veces puramente descriptiva, el tema que hizo clásico la investigación weberiana con referencia al capitalismo. ¿Cuáles son las condiciones sociales que hacen posible el funcionamiento de este sistema? Reiterar la misma pregunta desde el punto de vista del desarrollo económico de nuestros días supone una tradición de rigurosa precisión conceptual. (ECHAVARRÍA, 1959c, p. 44-45)

Estas condições sociais questionadas por Echavarría, que operam no sistema do capitalismo subdesenvolvido, significava uma tarefa pra uma geração. Furtado, entre os economistas cepalinos da primeira geração, foi dos poucos que apontou a interdependência entre os fatores político-sociais e os econômicos, e a relação determinantes entre a democracia e o desenvolvimento. Das temáticas envolvidas nesta amplitude do conceito de desenvolvimento identificamos: a mobilidade social, a estrutura e estratificação social, a estrutura de emprego, a educação, a habitação, a tensão campo-cidade, os processos de urbanização, a estrutura agrária, as relações de poder, a democracia, a liberdade, as elites e os empresários e o poder popular.

As ciências sociais ganharam espaço no debate sobre o desenvolvimento também a partir da sua institucionalização na América Latina¹⁰. Os centros de pesquisa em ciências sociais nas universidades latino-americanas possibilitaram a formação de muitos dos quadros que ocuparam as divisões da CEPAL e do ILPES. Apontamos também que os temas ligados às reformas político-sociais foram fortalecidos entre as décadas de 1950 e 1960, por fatores históricos. Os governos de Eduardo Frei no Chile (1964-1970) e de João Goulart (1961-1964) no Brasil contaram com a presença de intelectuais do *establishment* cepalino, como Jorge Ahumada e Furtado respectivamente. A Revolução Cubana também arregimentou alguns economistas da primeira geração cepalina, como Juan Noyola-

¹⁰ Assinalamos que desde o final da década de 1940 os estudos sobre a sociologia da modernização ganharam espaço, principalmente na ciência social norte-americana. Desde a tradição estrutural funcionalista, com T. Parsons, e outros sociólogos como Seymour Lipset, Samuel Huntington, Samuel Eisenstadt, Wilbert E. Moore. O pensamento destes autores norte-americanos esteve presente em muitos dos trabalhos sociológicos dos cientistas sociais latino-americanos.

Vázquez, Regino Boti e Felipe Pazos. A urgência das reformas sociais na América Latina e os golpes subsequentes marcaram o destino dos problemas do subdesenvolvimento.

Planejamento democrático e a luta pelo desenvolvimento

O planejamento se tornou questão de controvérsia entre os cepalinos, fator característico das gerações latino-americanas das décadas de 1950 e 1960, e representa parte importante dos possíveis posicionamentos políticos e ideológicos que se delinearão no interior do estruturalismo latino-americano. A primeira metade da década de 1960 está marcada na Escola Latino-americana do Desenvolvimento como o momento crucial do delineamento de teses distintas a respeito do planejamento. Duas tendências estão presentes no interior da CEPAL, segundo análise dos cepalinos Solari, Franco e Jutkowitz (1976, p. 590-591), que se caracterizaram em torno da definição do planejamento, sendo uma tendência que se aprofundou desde o início da década de 1960, e se organizou em torno da perspectiva do planejamento “integral”, de longo prazo, e outra em que o planejamento tinha objetivos de curto prazo, “localizado”, sob o argumento da eficácia. A preocupação com o desenvolvimento social, que avançou na CEPAL e no contexto internacional, no início dos anos de 1960, alimenta a distinção entre essas possíveis formas de planejamento¹¹.

¹¹ Solari, Franco e Jutkowitz afirmam sobre essas mudanças: “De cualquier manera, esta preocupación por lo social es el indicador de cambios sustanciales en el pensamiento de la CEPAL. En los últimos años de la década de 50 se enfatizó cada vez más la idea de que el desarrollo de América Latina sólo es posible en el contexto de grandes reformas estructurales, lo que unido al desarrollo del pensamiento sociológico, en la CEPAL, hizo imposible continuar ignorando lo social en la programación, aunque sea como objetivo subordinado. Se llega así a 1961, y en la Conferencia de Punta del Este parecen triunfar las ideas de la CEPAL sobre desarrollo y programación, al crearse la Alianza para el Progreso, con el compromiso de Estados Unidos de financiar una buena parte del desarrollo siempre que los países formulen planes y realicen reformas estructurales que eran, tanto unos como otras, los que CEPAL venía proponiendo. La idea de la planificación se generaliza en casi todos los países. No es de extrañar que los documentos de la época registren con satisfacción ese triunfo. En honor de la CEPAL debe subrayarse que en el momento en que se recogen los mejores frutos de tantos años de prédica desarrollista y planificadora, la institución continúa revisando críticamente sus ideas, analizando los obstáculos que la planificación encuentra, buscando maneras de superarlos y, preocupándose por haber descuidado la planificación del corto plazo a la que empieza a asignar gran importancia. (...) Dos corrientes paralelas que adquirirán una gran importancia comienzan a expresarse en estos nuevos desarrollos de la CEPAL. Por una parte, los objetivos de la planificación se han ampliado; ya no se limita a ser un instrumento de crecimiento del producto por habitante, sino de la finalidad mucho más amplia, de realizar reformas estructurales profundas. Por otro lado, mientras antes sólo se pensaba en la planificación de largo plazo, ahora se da importancia al corto plazo que es la manifestación de una preocupación cada vez más fuerte: la de ser eficaz.” (SOLARI, FRANCO, JUTKOWITZ, 1976, p. 591).

Dois movimentos no processo histórico foram fundamentais para a compreensão da nova rota que a CEPAL vai tomar, com a fundação do ILPES, na década de 1960, e foram de profundo impacto nas abordagens *reformistas* do estruturalismo, bem como na distinção de tipos de planejamento: a Revolução Cubana, em 1959, trouxe para o centro do debate latino-americano as alternativas entre reforma e revolução no controle do Estado pela Sociedade e nas intervenções do Estado pela planificação econômica; e a “Aliança para o Progresso”, como política dos Estados Unidos de financiamento, direção, e, principalmente, aproximação com os países latino-americanos, o que representou uma evidente posição dos Estados Unidos no enfrentamento ao caso revolucionário cubano e foi o estabelecimento de uma estratégia no contexto de acirramento da Guerra Fria. A CEPAL consolida sua atenção com os temas do planejamento no início da década de 1960, e, em 1961, na Conferência de Punta del Este, momento de clara demonstração de força dos Estados Unidos e de enfrentamento ao posicionamento de Cuba, a CEPAL se aproximou da “Aliança para o Progresso”, projeto que avança com o governo estadunidense de John F. Kennedy. O Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social – ILPES foi proposto neste contexto, como órgão pretensamente capaz de auxiliar com técnicas e estratégias de programação os governos latino-americanos, no ensejo da “Aliança para o Progresso”, tema analisado pelos cepalinos Solari, Franco e Jutkowitz (1976) e Wolfe (1982), bem como pelas especialistas Eliana Gabay¹² (2010) e Fernanda Beigel (2014a).

A elaboração e o ensino de técnicas quantitativas dentro da CEPAL e do ILPES representam, na posição do cepalino Wolfe (1982, p. 100), a “obrigação institucional inevitável (*ineludible*) de oferecer metodologias disponíveis, a falta de outras melhores”, demandado pelos Estados Unidos, que ofertavam recursos para elaboração de “planos”. O ILPES como produtor de técnicas e metodologias quantitativas foi uma marca desta instituição, que se seguiram por décadas de trabalho, e é característica inclusive das atividades do atual momento do ILPES. As atividades do ILPES ganham dimensão diversa, em contraposição aos objetivos iniciais dessa instituição ligados à “Aliança para o Progresso”, com a formação daquilo que Martín (2012, p. 742) assinala como “a escola

¹² Gabay analisa como a estrutura da “Aliança para o Progresso”, formada por membros da OEA, BID e CEPAL, é similar a estrutura de direção do próprio ILPES, que repete a presença de membros destas instituições. Outro fato importante analisado por Gabay foi a presença de Prebisch na direção do ILPES, entre 1963 e 1973, momento que Prebisch também dirigiu a UNCTAD, e que posiciona Prebisch como agente fundamental para o avanço da “Aliança para o Progresso” na CEPAL e no ILPES.

sociológica do ILPES”, que surgiu no pós-1964, das quais saíram as grandes contribuições da década de 1960 no campo da sociologia e da economia latino-americana, presentes na Teoria da Dependência, dos “estilos de desenvolvimento” e do *planejamento democrático*. Momento de renovação intelectual do estruturalismo cepalino e de profundo impacto nas ciências sociais latino-americanas, segundo Beigel (2014a, p. 76-77), entre os anos de 1964 e 1966, as mudanças políticas principalmente no Cone Sul produziram uma onda de exilados no Chile, como aqueles vindos das ditaduras no Brasil (1964) e na Argentina (1966), que foram absorvidos pelas instituições internacionais com sede em Santiago e nas universidades chilenas¹³, bem como para a CEPAL e o ILPES. O “momento chileno” foi analisado por Martín (2012) e Beigel (2014a, 2014b), com a renovação intelectual e a projeção das ciências sociais produzida no Chile, entre as décadas de 1950 e 1960, com o importante protagonismo dos intelectuais exilados no país, um “momento chileno” fundamental para as ciências sociais e para a economia, constituindo em fatores que afetaram diretamente a renovação intelectual da CEPAL e do ILPES.

Afirmamos que Furtado e Echavarría são dois dos intelectuais cujas interpretações e a ação política significam atuações que estão no mesmo campo *reformista* do estruturalismo cepalino, que resistiram enquanto *projeto* e sobreviveram como interpretação de forma paralela durante a década de 1960, e estiveram presentes como influências fundamentais nas novas teorias e na revisão do estruturalismo cepalino no pós-1964. Ainda mais, são as duas grandes pontes de permanência do *planejamento democrático* como visão estratégica de políticas de desenvolvimento na década de 1960 cepalina. Isso só é possível pois ambos empreenderam visão ampliada do desenvolvimento (econômico, social e político), possuíam uma interpretação histórico-estrutural do subdesenvolvimento, e defenderam abertamente a democracia como paradigma fundamental. Interessa analisarmos a defesa do *planejamento democrático* nas interpretações de Furtado e Echavarría e sua força na constituição da via *reformista* do estruturalismo cepalino nas décadas de 1950 e 1960.

Identificamos duas importantes confluências entre os trabalhos e as trajetórias de Furtado e Echavarría, momentos estes historicamente determinados e de formulação

¹³ Entre as instituições do período que absorveram exilados havia as universidades, que entre elas se ressaltam, segundo Beigel (2014a), a Universidad de Santiago, Universidad de Concepción, a Universidad Católica de Chile, o Centro de Estudios Socio-económicos (CESO), que era um instituto de pesquisa da Universidad de Chile, além do programa de pós-graduação em economia desta última universidade, chamado ESCOLATINA, onde passou muitos intelectuais exilados no Chile.

fundamental para o estruturalismo cepalino, e que delineiam essa via *reformista*. A primeira confluência (a.) é que, de ângulos distintos, Furtado e Echavarría reforçam a atuação e defesa do *planejamento democrático* como estratégia de desenvolvimento a partir de uma perspectiva *democrática* e ampliada, de forte influência de Mannheim na legitimação da ideia de *planejamento democrático*. Em Furtado, apontamos as formulações de políticas de desenvolvimento empreendidas na SUDENE e nas “reformas de base” presentes no Plano Trienal, como experiências de Furtado pós-CEPAL (1958-1964), e que foram de profundo impacto nacional e internacional; a SUDENE se tornou a principal referência no planejamento de base cepalina do início da década de 1960, e contribuiu na proposição de um planejamento de espectro ampliado, com *projeto* de intervenção além das estruturas econômicas, mas também nas estruturas sociais e, conseqüentemente, no poder político, tema amplamente debatido na literatura. Echavarría, como já afirmamos, foi protagonista da sociologia do desenvolvimento na CEPAL, e representa parte fundamental da defesa de amplitude nos temas do planejamento e do desenvolvimento para as ciências sociais – e conseqüentemente se amplia para os temas das estruturas sociais e das instituições políticas –, tarefa que ganhou ressonância na década de 1960 com a atuação de Echavarría, quando redigiu os primeiros documentos a respeito das inversões sociais nas estratégias de planejamento da CEPAL e na atuação no ILPES pós-1963.

A segunda confluência (b.) está na revisão do estruturalismo cepalino datada de 1964, com a chegada dos exilados brasileiros em Santiago, entre eles Furtado, que no ILPES empreenderam o reposicionamento do estruturalismo latino-americano. Entre os intelectuais cepalinos, Furtado e Echavarría constituem duas das principais interpretações que estiveram presentes neste momento, e que possuíam posicionamentos centrais de um *reformismo* que se afastava do paradigma da Revolução Cubana, e que refletiu sobre os “obstáculos políticos e sociais” do desenvolvimento, o que constituiu um avanço significativo no conjunto dos estudos do desenvolvimento, com fortes mudanças na direção do estruturalismo cepalino. Furtado, em *Os ares do mundo* (1997c, p. 65-70), quando autobiografa sua passagem por Santiago no início do seu exílio, em meados de 1964, apresenta seu papel de protagonista nesse trabalho, realizado internamente no ILPES, de revisão das teses clássicas do estruturalismo, e apresenta a tensão existente no debate sobre a necessidade de fortalecer os aspectos sociais e políticos, com a presença de

sociólogos nesse debate¹⁴. O tema dos “obstáculos políticos e sociais” ao avanço do *desenvolvimentismo* teve centralidade no debate sobre a defesa de políticas reformistas ou revolucionárias, em pleno contexto de Revolução Cubana e de endurecimento com os regimes militares que começavam a surgir na década de 1960. Os debates sobre estagnação, estrangulamento, dependência, “estilos”, são teorizações marcadas pelo período de revisão do estruturalismo, pós-1964, e que perdem força em 1973, com o golpe de Pinochet no Chile.

A proposição da construção de modelos e a defesa dos instrumentos de planejamento realizados por Furtado especificamente na década de 1950, reforçam a presença do Estado na capacidade e direção dos investimentos, um posicionamento do intelectual que constituiu divergência central nas relações internas da CEPAL, conforme apontamos desde o início, divergência que também proporcionou diferentes caminhos do planejamento no próprio Brasil. Há uma cisão na CEPAL entre os anos de 1953 e 1954, e que se desenha ao longo da década, entre *monetaristas* e *estruturalistas* na qual o próprio Furtado se refere em *A fantasia organizada* (1997a, p. 300-303)¹⁵. A questão deste período, demonstra a formação de um grupo de estruturalistas *reformistas* que se delineava dentro da CEPAL, e foi apresentada por Furtado em sua autobiografia (1997a, p. 304), quando o autor analisou a recepção que seu livro *A economia brasileira* (1954a) teve na CEPAL e

¹⁴ Furtado afirma sobre o papel de Echavarría na revisão do estruturalismo cepalino: “José Medina era quem mais insistia em que se devia ampliar o quadro de discussão. Necessitamos de uma revolução no plano do pensamento, dizia ele, similar à que promoveu F. List na metade do século passado. List havia postulado a criação de uma “teoria do desenvolvimento” que fosse distinta da que conduziu à política preconizada pela Inglaterra, então apresentada como modelo exemplar. “Queiramos ou não, observava Medina, “utilizamos o pensamento econômico dos países plenamente desenvolvidos, sofremos portanto uma forma de imperialismo.” Era a “dependência cultural”, de que temos consciência, mas dela permanecemos prisioneiros. Mais ainda, ele insistia em que a crise do modelo da CEPAL não era o mais importante. Não se podia ignorar que enfrentávamos uma crise da economia como ciência (reflexo daquele imperialismo) e que necessitávamos nos descolonizar mentalmente. Porque imaginávamos que tudo seria feito por via democrática, enfatizava ele, esquecemos de elaborar um modelo das transformações políticas. A crise cubana, afirmava Medina, havia acelerado os acontecimentos, desempenhando entre nós o papel que coube à Revolução Russa na Europa. Sua ideia era que a revolução leninista havia paralisado o processo político que permitiria o avanço do socialismo na Europa. A revolução castrista, por seu lado, estava levando ao bloqueio da via democrática na América Latina. Esse pensamento, José Medina desenvolveu mais amplamente em conversa pessoal comigo.” (FURTADO, 1997c, p. 71-72).

¹⁵ A contraofensiva *monetarista*, segundo Furtado (1997a, p. 302), teve início com o governo do General Ibañez, no Chile, em 1954, com a contratação de uma empresa privada para assessorar o governo quanto à política econômica adotada, e se aprofundou com o golpe anti-Perón, na Argentina, em 1955.

na ONU, gerando forte reação interna de crítica negativa¹⁶ sobre um livro que, para o próprio Furtado (1997a, p. 288), pensava sobre as “opções” das “ações ou omissões dos centros de decisão sob controle governamental”, assim como a “natureza da planificação”.

Outra importante consideração de Furtado (1997a) sobre o livro de 1954, é que lá estava um estudo da inflação, que “importava acima de tudo que identificássemos as forças sociais que estavam pressionando para modificar a distribuição de renda, e descobríssemos suas motivações” (FURTADO, 1997a, p. 300). Novamente é o reforço por parte de Furtado do Estado a frente dos investimentos, e, conforme afirma Bielschowsky (2004, p. 152), carrega o “princípio de que a superação do subdesenvolvimento requer uma decidida intervenção planejadora por parte do Estado”.

O *planejamento democrático* presente no pensamento de Furtado, como demonstrado até o momento, foi uma defesa que marcou posicionamento internamente na CEPAL, assim como representa um *projeto político* quanto ao contexto histórico brasileiro, com a SUDENE e o Plano Trienal na década de 1960. Afirmamos que a defesa da democracia como condição do *planejamento*, conforme Furtado realizou, significou distinção de Furtado, e esta vinculação (democracia e planejamento) foi atenuada com o Golpe Civil-Militar no Brasil, em 1964, quando no exílio Furtado debateu os “obstáculos políticos e sociais” ao desenvolvimento, temática apresentada em *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966). Parte fundamental da argumentação sobre a estagnação, em Furtado (1966), se encontra no esgotamento do processo democrático com o Golpe dos militares no Brasil.

¹⁶ Furtado descreve este momento em sua autobiografia deste modo: “Quando publiquei meu livro *A economia brasileira*, surgiu uma campanha contra mim na sede central, em Nova York. Nosso subdiretor, Louis Swenson, escreveu-me a respeito longamente em tom de explicação e advertência, e logo em seguida a direção da CEPAL estatuiu um conjunto de normas regulamentando a publicação de trabalhos sob responsabilidade pessoal. Essas normas me pareceram inquinadas de espírito restritivo, o que podia ser incorreto de minha parte, mas revela a mudança de clima na instituição. Fiz uma carta a Prebisch expressando meu desejo de tirar uma licença, sem vencimentos, por um ano, para estagiar em universidade. Noyola e Boti, que haviam recebido ofertas de universidades de seus respectivos países, tomaram a decisão de deixar a instituição. Mas, tendo eu aceito a direção de um grupo de trabalho sobre a situação econômica no México – o que me daria tempo para planejar uma retirada orientada –, Noyola modificou seu plano, aceitando meu convite para colaborar no estudo mexicano, o qual nos ocuparia a totalidade do ano de 1956.” (FURTADO, 1997a, p. 304). Lembramos que o estudo de caso sobre o México (CEPAL, 1957) não foi aprovado por Prebisch e gerou desagravo da CEPAL com o governo mexicano. A rejeição dos documentos sobre o México e a Venezuela, que Furtado foi coordenador dos trabalhos, representa momento histórico da trajetória da instituição da qual se necessita de maiores investigações, bem como a identificação das correntes e os conflitos gerados com a Revolução Cubana no funcionamento e nos trabalhos internos da CEPAL, campo de pesquisa ainda por ser analisado.

Em Echavarría, o *planejamento democrático* é uma atitude que extrapola as técnicas econômicas, e se trata de uma “nova atitude espiritual do homem”. O planejamento foi então delimitado por Echavarría (1967a) como uma “atitude” primeiro, e uma subsequente capacidade de “racionalização efetiva”. O processo de desenvolvimento impulsionado por políticas de planejamento somente tem *eficácia e é legítimo*, na medida que expressa vínculos com o processo de *racionalização*, em seus diferentes níveis, desde a liberdade dos indivíduos, até a formas de burocracia e tecnocracia, e o próprio crescimento econômico. Desejamos explorar essa articulação fundamental entre racionalização e planejamento, argumentação central no *projeto* de Echavarría.

Em *Consideraciones sociológicas del desarrollo económico de América Latina* (1964, p. 154), há uma apresentação de Mannheim como o teórico do *planejamento democrático*, e Echavarría afirma que pouco se avançou nesta temática, principalmente na América Latina. Mannheim foi posicionado como o “terceiro caminho”, o da “planificação para a liberdade”, em contraposição ao planejamento soviético e ao liberalismo, constituindo o caminho da “democracia militante”. A concepção de um planejamento que visa o valor fundamental da liberdade, é estruturante das relações entre planejamento e democracia. O modelo de Mannheim é apresentado como base para pensar o planejamento democrático, principalmente os argumentos de Mannheim presentes no seu trabalho *Diagnósticos do nosso tempo* (1961), obra traduzida para o castelhano em 1944, pelo próprio Echavarría, através da editora Fondo de Cultura Económica.

Echavarría analisou a força da sociologia empenhada por Mannheim nas tarefas do planejamento voltada para a realidade latino-americana, no seu trabalho “La planeación en las formas de la racionalidad” (ECHAVARRÍA, 1972, p. 105). O *planejamento democrático* de Mannheim era uma antípoda ao planejamento que visava somente a aceleração do crescimento econômico, mesmo em um cenário de instabilidade política. O planejamento sem o objetivo democrático e que não incorpora uma dimensão integral do desenvolvimento, está fadado a naufragar, segundo Echavarría. A contribuição de Mannheim possuía, para Echavarría (1972, p. 105-107), três concepções fundamentais sobre o planejamento: a primeira, a planificação é um “esforço de transformação total”, incluindo neste propósito “o pensamento mesmo e com ele a configuração psicológica da pessoa” (1972, p. 106); a segunda, em conexão direta com a primeira, é a consideração de Mannheim que o planejamento “exigia uma forma nova de pensamento e um novo tipo de homem” (1972, p. 106); a terceira, foi considerada por Echavarría como uma “radical e

violenta novidade”, pois Mannheim pensava o planejamento em uma democracia liberal e representativa, cujo objetivo é a liberdade.

A defesa do liberalismo aparece como unificador desta concepção de participação efetiva. Somente as sociedades de democracia pluralista teriam condições de “salvar” a ideia de “liberdade clássica”, segundo o autor, presente no “pensamento liberal clássico”. Echavarría (1964) afirmou que a “democracia pluralista” é a forma moderna de “equilibrar” a racionalidade econômica e a racionalidade política, e a mais próxima do planejamento democrático. A economia liberal, conforme o autor aponta em “Las relaciones entre las instituciones sociales y económicas” (ECHAVARRÍA, 1967b, p. 300), foi uma forma de conciliação da racionalidade econômica com a racionalidade política, e foi a “subordinação da razão política à razão econômica”. Na economia liberal prevalecia as racionalidades que operavam sobre um sistema econômico conforme idealizado por Weber (2000), como um sistema “formal” puro que, segundo Echavarría, prevaleceu características como o cálculo econômico, a liberdade de mercado e o sistema representativo do século XIX. As alterações profundas das condições que favoreciam o funcionamento deste sistema econômico liberal, que prevalecia a racionalidade formal, representaram no século XX, para Echavarría, duas novas formas de “equilibrar” a racionalidade econômica e a racionalidade política, sendo estas formas a “democracia pluralista” e o “totalitarismo”.

Referências bibliográficas

BEIGEL, F. A Teoria da Dependência em seu laboratório. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, Uberlândia, v. 4, n. 2, p. 72-89, 2014a.

_____. Chile: un centro periférico para la internacionalización de las ciencias sociales latinoamericanas y la construcción de un prestigio académico regional (1953-1973). **Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea**, Córdoba, v. 1, n. 1, Junho, p. 101-105, 2014b.

BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Uma resenha. In: _____. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: CEPAL: COFECON: Record, p. 13-68, 2000.

_____. **Pensamento Econômico Brasileiro**. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BRANDÃO, G. M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARDOSO, F. H. La originalidad de la copia: la CEPAL y la idea de desarrollo. **Revista de la CEPAL**. Santiago, n. 4, p. 7-40, 1977.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CEPAL. **El desarrollo social de América Latina en la postguerra**. Buenos Aires: Solar-Hachette, 1963.

DI FILIPPO, A. La Escuela Latinoamericana del Desarrollo: tensiones epistemológicas de movimiento fundacional. **Cinta de Moebio**. Santiago, n. 29, p. 124-154, 2007.

ECHAVARRÍA, J. M. **Aspectos sociales del desarrollo económico**. Santiago: Editorial Andrés Bello, 1959a.

_____. El papel del sociólogo en las tareas del desarrollo económico. In: _____. **Aspectos sociales del desarrollo económico**. Santiago: Editorial Andrés Bello, p. 13-31, 1959b.

_____. Las condiciones sociales del desarrollo económico. In: _____. **Aspectos sociales del desarrollo económico**. Santiago: Editorial Andrés Bello, p. 33-68, 1959c.

_____. **Consideraciones sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina**. Buenos Aires: Solar-Hachette, 1964.

_____. La universidad ante el desarrollo económico. _____. **Filosofía, educación y desarrollo**. Cidade do México: Siglo XXI, p. 172-236, 1967a.

_____. Las relaciones entre las instituciones sociales y económicas. In: _____. **Filosofía, educación y desarrollo**. Cidade do México: Siglo XXI, p. 269-309, 1967b.

_____. La planeación en las formas de la racionalidad. In: _____. **Discurso sobre política y planeación**. Cidade do México: Siglo Veintiuno Editores, p. 98-176, 1972.

FALETTO, E. Los temas de democracia y libertad en José Medina Echavarría. Vigencia y contextos. In: CARDOSO, F. H. et al. **Medina Echavarría y la sociología latinoamericana**. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), p. 127-135, 1982.

FURTADO, C **A economia brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

_____. **Perspectivas da economia brasileira**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. **Operação Nordeste**. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

_____. **A pré-revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962a.

_____. Política econômica e reformas de base. **Revista de Ciências Econômicas**. São Paulo, Ordem dos Economistas de São Paulo, n. 2, p. 3-11, jun. 1962b.

_____. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

_____. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

_____. **Análise do “modelo” brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nacional, 1986.

_____. A fantasia organizada. In: _____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, v. 1. p. 87-359, 1997a.

_____. A fantasia desfeita. In: _____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, v. 2. p. 27-306, 1997b.

_____. Os ares do mundo. In: _____. **Obra autobiográfica de Celso Furtado**. Organização de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, v. 3. p. 41-370, 1997c.

_____. A luta pelo Nordeste e a estratégia da Sudene (1962). In: _____. **O Nordeste e a saga da Sudene: (1958-1964)**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, p. 171-178, 2009.

GABAY, E. El “fantasma” de Prebisch: el ILPES entre 1963 y 1969. **Cuaderno de Ciencias Sociales**, FLACSO, Costa Rica, n. 153, p. 73-97, 2010.

GURRIERI, A. Un perfil intelectual. In: ECHAVARRÍA, J. M. **La obra de José Medina Echavarría**. Selección y estudio preliminar por A. Gurrieri. Madri: Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1980.

LIMA, M. C. Uma concepção de mundo em Celso Furtado: ciência e perplexidade. In: LIMA, M. C., DAVID, M. D. **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**. São Paulo: Francis, p. 27-41, 2008.

LOVE, J. Ideias e ideologias econômicas na América Latina, c. 1930-c. 1990. In: BETHELL, L. (Org.) **História da América Latina: A América Latina após 1930: Ideias, cultura e sociedade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, v. VIII. p. 161-242, 2011.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

_____. **Sociologia sistemática. Uma introdução ao estudo da sociologia**. São Paulo: Pioneira, 1962.

MARTÍN, J. J. M. **José Medina Echavarría: vida y sociología**. Tese de doutorado, Departamento de Sociología V (Teoría Sociológica), Facultad de Ciencias Políticas y Sociología, Universidad Complutense de Madrid, 2012.

REZENDE, M. J. (2004a) Celso Furtado e Karl Mannheim: uma discussão acerca do papel dos intelectuais nos processos de mudança social. **Acta Scientiarum. Human and Social Sciences**, Maringá, v. 26, n. 2, p. 239-250, 2004.

SKINNER, Q. Significado y comprensión en la historia de las ideas. **Prismas. Revista de historia intelectual**, n. 4, p. 149-191, 2001.

SOLARI, A.; FRANCO, R.; JUTKOWITZ, J. **Teoría, acción social y desarrollo en América Latina**. Cidade do México: Siglo XXI, 1976.

VIANNA, L. J. W. A institucionalização das ciências sociais e a reforma social: do pensamento social à agenda americana de pesquisa. In: _____. **A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, p. 195-242, 2004.

VIEIRA, R. M. **Celso Furtado. Reforma, política e ideologia (1950-1964)**. São Paulo: EDUC, 2007.

VIEIRA, W. **A construção da nação no pensamento de Celso Furtado**. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

WEBER, M. **Economía e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, v. I, 2000.

WOLFE, M. Reflexión crítica sobre desarrollo, racionalidad y planificación. In: CARDOSO, F. H. et al. **Medina Echavarría y la sociología latinoamericana**. Madrid: Instituto de Cooperación Iberoamericana (ICI), p. 89-103, 1982.